



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO / MG

VEREADOR JOÃO EDUARDO



## PROJETO DE LEI Nº 74 /2025

**“Dispõe sobre a vedação à nomeação e contratação, no âmbito da Administração Pública Municipal de Bom Despacho/MG, de pessoas condenadas, com trânsito em julgado, por crimes praticados com violência física ou grave ameaça contra a mulher, nos termos da Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), e dá outras providências.”**

A Câmara Municipal de Bom Despacho, nos termos do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, aprova:

**Art. 1º** Fica vedada a nomeação, contratação ou posse, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Bom Despacho/MG, de pessoa condenada, com sentença transitada em julgado, por crime praticado contra a mulher nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 — Lei Maria da Penha, observados os seguintes critérios:

I – a infração penal deve ter sido cometida com violência física ou grave ameaça contra a mulher;

II – a vedação será aplicada pelo prazo de 8 (oito) anos, contados a partir do cumprimento da pena;

III – não será aplicada a vedação caso haja reabilitação judicial devidamente reconhecida nos termos da legislação penal.

**Art. 2º** A vedação aplica-se às seguintes formas de vínculo com o Poder Público Municipal:

I – cargos públicos efetivos, em comissão ou funções de confiança;

II – empregos públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), exclusivamente na fase pré-contratual;

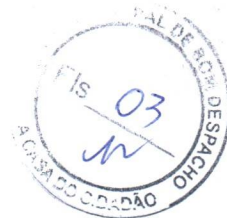
III – contratações temporárias, por prazo determinado, bem como vínculos decorrentes de convênios, parcerias, contratos de gestão ou outras formas de ajuste com entidades privadas.

**Art. 3º** Não poderão ser nomeadas ou contratadas, enquanto vigente a restrição descrita no art. 1º, as pessoas que:



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO / MG

VEREADOR JOÃO EDUARDO



I – estiverem em processo de nomeação, posse ou contratação, inclusive em concursos públicos já homologados ou seleções simplificadas;

II – tiverem vínculo funcional com prazo de vigência prestes a ser renovado ou prorrogado.

Parágrafo único. A autoridade competente deverá exigir, no momento da nomeação ou contratação, declaração negativa de antecedentes criminais, sem prejuízo de outras formas de verificação documental, respeitando-se o devido processo legal.

**Art. 4º** Os vínculos funcionais ou contratuais existentes na data de vigência desta Lei não serão objeto de processo administrativo de exoneração ou rescisão contratual em razão das restrições previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Fica estabelecido que por ocasião da renovação, prorrogação ou celebração de novo vínculo, a Administração deverá exigir as mesmas condições estabelecidas no art. 1º, observando-se integralmente os critérios desta Lei.

**Art. 5º** Esta Lei será regulamentada, no que couber, por ato do Poder Executivo Municipal.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Despacho, 22 de Setembro de 2025.

  
VEREADOR JOÃO EDUARDO

*João Eduardo Campos*  
***Deus, Família e Bom Despacho***





## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, simbolicamente denominado **“Escudo Lilás”**, tem por finalidade estabelecer critérios claros para impedir que pessoas condenadas, com trânsito em julgado, por crimes cometidos com **violência física ou grave ameaça contra a mulher**, nos termos da Lei Federal nº 11.340/2006 — a Lei Maria da Penha — possam ocupar cargos, empregos ou funções públicas no âmbito da Administração Pública Municipal, por um período de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, salvo em caso de reabilitação judicial.

A medida está fundamentada nos princípios constitucionais da **moralidade, legalidade e eficiência** (art. 37 da CF), e busca proteger o ambiente institucional de condutas que contrariam frontalmente a dignidade da mulher, o respeito humano e os valores éticos que devem reger o serviço público.

O nome simbólico **“Escudo Lilás”** reforça o caráter protetivo e ético da proposta, em alusão ao **Agosto Lilás**, mês de conscientização e combate à violência contra a mulher, representando o compromisso do Legislativo com a criação de políticas públicas que atuem de forma preventiva, educativa e transformadora.

A Câmara Municipal de Bom Despacho, ao adotar tal medida, reafirma sua responsabilidade de legislar com justiça social, promovendo **um serviço público livre de agressores condenados e um ambiente institucional seguro para todas as mulheres**.

Diante disso, espera-se o apoio dos nobres vereadores para a aprovação deste projeto, como instrumento de avanço civilizatório, respeito às vítimas e fortalecimento da confiança da população na moralidade do poder público.